

DEPOSITO
MAYO 1940

REVISTA DOS CENTENÁRIOS



N.º 14 — 29 de Fevereiro de 1940 — ANO II



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

S U M Á R I O

<i>A FUNDAÇÃO E A RESTAURAÇÃO NA POESIA ÉPICA</i> — <i>Dr. Cabral do Nascimento</i>	1
<i>PORTUGAL É UMA NAÇÃO</i> — <i>Dr. A. Marques Guedes</i>	6
<i>UMA CRUZ BASTA PARA DIZER, NA HISTÓRIA, QUEM</i> <i>É PORTUGAL</i> — <i>Padre Moreira das Neves</i>	10
<i>ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV</i> — <i>Dr. Eduardo</i> <i>Brazão</i>	14
<i>CASTELOS DE PORTUGAL</i> — <i>Marialva, Langroiva e Ra-</i> <i>nhados</i> — <i>Cap. Jorge Larcher</i>	20
<i>LEGISLAÇÃO</i>	24
<i>REVISTA DA IMPRENSA</i>	25
<i>NOTAS VÁRIAS</i>	30

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneiro, com ferros especiais :

A fogo	20\$00
A ouro	25\$00
(Empaste)	5\$00

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8/Lisboa

TELEFONE 22886

A FUNDAÇÃO E A RESTAURAÇÃO NA POESIA ÉPICA

Dois temas, evidentemente, de heróica ressonância. Seria até de estranhar que os portugueses os não tivessem aproveitado. A fundação dum reino, por um príncipe jovem, que foi ao mesmo tempo flagelo dos mouros da Península; o final da usurpação felipina, coincidindo com as aspirações nacionais e com a promessa do quinto império do mundo, — que outros assuntos mais dignos da epopeia?

Folheemos, pois, as histórias literárias à procura dos poemas e dos seus autores: acharemos, com insistência, a fundação de Lisboa por Ulisses, o epílogo trágico de Alcácer, as façanhas do Viriato, as de D. Afonso V nas plagas africanas, os naufrágios das naus da Índia, a expugnação de Malaca, a vitória do Condestável. Não é ainda nesta lista, que nos fornece qualquer compêndio escolar, que poderemos saber quando, como e por quem foram cantadas em metro heróico as glórias de D. Afonso Henriques no alvorecer da nacionalidade, e a política oportuna de D. João IV no ressurgir da pátria oprimida. Temos que descer mais fundo.

Descer mais fundo, neste terreno, significa passar um pouco para a literatura arqueológica, essa que ficou estratificada nas estantes das bibliotecas eruditas: e surgem então, do pó vetusto das Joaneidas e Henriqueidas, das Macabeas e Francisciadas, das Brasileas e Brasilidas, das Cristiadas e Virginidos; da poeira espessa de todos os poemas, manuscritos ou impressos, feitos a todos os reis, infantes e princesas, santos e mártires, e conquistas de cidades, lugares e fortalezas de àquém e de além mar, surgem, dizíamos, outros poemas que ninguém hoje lê, de que ninguém fala, — mas que se ocupam, êles, dos dois mais importantes ciclos da raça e da nação.

A poesia heróica portuguesa é das mais abundantes de qualquer literatura. Durante mais de três séculos compuseram-se poemas sobre todos os argumentos que fornecessem a mínima parcela de matéria épica. Uns nunca chegaram a ser impressos, outros, que o foram, recolheram os louvores tributados ao astro que descreve a viagem efémera da consagração e logo mergulha nas trevas do esquecimento. Muitos destes poetas foram considerados príncipes da sua arte, no seu tempo, e auferiram prémios de academias douradas e severas. Estranha coisa, o juízo dos contemporâneos! E estranha coisa ainda, o capricho da posteridade.

Não falaremos da Lusifonsiada, poema heróico do século XVIII sobre D. Afonso Henriques, escrito por António Peixoto de Magalhães, pois não chegou à letra de fôrma, nem

do Poema da batalha de Ourique, da autoria de Gonçalo Lucena de Carvalho, que teve igual destino, ao que parece; nem trataremos das imensas conquistas de Lisboa aos mouros, por se ocuparem de um episódio parcial na vida do rei fundador. Mas aí está um português ilustre, natural da Torre de Moncorvo, Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos. Viveu nos fins do século XVII, princípios do seguinte, esteve em Roma, onde foi proposto para uma Arcádia, residiu em Lisboa, Madrid e Salamanca, teve o hábito de Cristo e grande nomeada de poeta. O Conde da Ericeira apodou-o de épico cisne e D. António Cactano de Sousa louvou-lhe o «admirável engenho e muita erudição». Entre outros trabalhos métricos, escreveu, em castelhano (e mais tarde trasladou em oitavas portuguesas) o seu Alfonso, que trata da fundação do reino de Portugal. Barbosa Machado atribue-lhe quatro edições, Inocêncio conforma-se com três. As primeiras foram até publicadas sem consentimento do autor, tal era o entusiasmo despertado pelo poema!

Tanto louvor, tanto galardão, tanto êxito — e os doze cantos de oitava rima caíram a pouco e pouco no mais espantoso esquecimento. O tema era digno da epopeia, sem dúvida, e as regras da épica foram respeitadas com escrupulo. Ele o declara: «Procuré obedecerles texiendó mi Obra de especies no vulgares, despues de elegir un admirable Heroe, Fundador de un Reyno Prodigioso». Um dos censores diz que o poeta une «con peregrino maridage en cada una de sus voces lo magestuoso y lo claro, lo florido y lo eloquente». Outro classifica o poema de «una joya de precioso dibujo».

Cento e seis anos depois, El Alfonso devia estar completamente naufragado, pois o desembargador da Relação da Baía, António José Osório de Pina Leitão, abalançou-se a dar à estampa, em 1818, um trabalho métrico intitulado Alfonsiada, exactamente sobre o mesmo tema do anterior. São doze cantos de oitavas rimadas. Êste Pina Leitão, como Francisco Botelho, foi um escritor favorecido da notoriedade, louvado pelos contemporâneos, e premiado em sessão pública da Academia das Ciências de Lisboa, em 1790, pela sua tradução em verso das Geórgicas.

Como era de uso em tais casos, o autor passa em revista a história pátria, através dos cantos da sua epopeia, sem se esquecer da linda Inez que «tiranos fados/cortam na flor seus dias deleitosos». A narrativa histórica atinge o próprio reinado de D. João VI—a quem o livro é oferecido — e aí justifica a partida da família real para o Brasil:

A Bragantina, Augusta Descendência

Se entrega aos mares, muda de hemisfério.

O maravilhoso cristão figura no poema, e é o Arcanjo quem vaticina a D. Afonso Henriques a sua gloriosa empresa e lhe diz quanto o Céu aprova os seus propósitos. Suspende no entanto as predições, endossando-as a um varão ilustre e virtuoso que foi amigo do

Conde D. Henrique. É este quem prossegue a narrativa dos acontecimentos futuros. Narrativa para nós desvanecedora pela perpetuidade — melhor diremos, eternidade — augurada à nação portuguesa:

*E cuja duração só limitada
Será quando voltar o Mundo ao Nada.*

Que Deus tenha escutado a sua profecia! Por estes dois últimos versos bem merece o poeta a maior gratidão de todos os seus compatriotas.

A Restauração, verificada em pleno século áureo da poesia portuguesa, foi um argumento que tombou como a mosca no mel. Tõda a gente, nêsse tempo, tinha a lira na mão, — foi só disferir-lhe os sons. O acontecimento, na verdade, provocou a mais emmaranhada silva poética que se pode imaginar. Sonetos, romances, trovas, canções compuseram-se e publicaram-se sob a inspiração do acto libertador. A épica não podia ser esquecida. O que foi dado à estampa não permite, todavia, avaliar a profusão das composições poéticas que o facto político originou: composições da mais flagrante actualidade, escritas, por assim dizer, nos próprios dias em que o país viveu a comoção do triunfo e a ansiedade da campanha restauracionista. Parece que se conservam manuscritos — se é que se não perderam de todo — os poemas de António Moreira, Diogo Cabral Barbosa, Frei Gaspar Barreto, João Peres de Macedo, Pedro de Faria e Sousa, Simão da Fonseca, todos relativos à aclamação do rei D. João IV, um com o nome de Troféus de Portugal, outro de Lusitânia Restaurada, outro de Portugal Renascido, outro de Vida e Acções de El Rei, outro de Aclamação, outro de Quinas Libertadas,—sem contar com êsse interessante poeta que é Jerónimo Vaia, glória do nosso gongorismo, e que foi autor também duma Alfonsiada, poema heróico em doze cantos àcerca das campanhas de D. Afonso VI em prol da Restauração.

Impressos, conhecemos outra Lusitânia Restaurada de Vicente de Gusmão Soares, publicada em 1641, e o Fénix da Lusitânia, de Manuel Tomaz, dado à luz em Ruão, em 1649. O poema de Vicente de Gusmão Soares compõe-se apenas de cinco cantos, sem grandes primores de poesia, salvo a que o ambiente tão rico da época inconscientemente lhe inspirava, como nesta oitava deliciosa:

*Estava Portugal; mas não estava;
Jazia Portugal; mas não jazia:
Que o estado e o sepulcro em que se achava
De vida nem de morte lhe servia.
Para sofrer, a vida sustentava,
Para viver, da vida carecia,
Provando cada instante em triste abismo,
Um golpe, uma ruína, um paracismo.*

Põe depois em verso a lista dos pretendores à coroa de Portugal, com indicação de seus direitos, ascendências e mais partes. São alegações jurídicas rimadas. Passa em revista os conspiradores de 1640, detendo-se na apreciação de cada um, descreve o golpe do Terreiro do Paço e aí inclui uma paródia aos Lusíadas:

*Estavas, ó Miguel, em vil sossego,
De Portugal gozando o verde fruto,
No cume da ambição soberbo e cego
Que não consente o Céu, que dure muito.*

Manuel Tomaz, natural de Guimarães, é talvez mais interessante. A sua ancestralidade semita dá razão ao espírito de messianismo profético que se encontra em muitas das suas obras. Efectivamente, sobre o assunto da Restauração, outras escreveu e publicou, além deste poema heróico intitulado Fénix da Lusitânia ou Aclamação do Sereníssimo Rei D. João IV do Nome. Na dedicatória a Gaspar de Faria Severim, Secretário de Estado Ultramarino, diz o autor ter feito os versos obedecendo ao mandado que lhe haviam dirigido, e salienta o trabalho que teve em «inquirir as vozes, inventar sentenças, colocar e compor o solicitado, com a variedade dos tropos e figuras retóricas, o ornato das locuções, a força dos argumentos, a cadência dos números e versos».

O argumento é apresentado logo com clareza:

*Do quarto João, que deu ao mundo espanto,
Alta restauração, grandezas canto.*

E entra depois no messianismo do costume:

*Canto daquele Príncipe Encoberto,
De Deus nas piedades declarado...
...Este de quem occultas profecias
Que Isidro e outros santos nos deixaram,
Cumpridas se vêem já em nossos dias.*

A seguir descreve a Europa, detem-se na França, donde partiu o Conde D. Henrique, antepassado dos nossos monarcas, e vem por aí abaixo pondo em rima os feitos de todos os soberanos portugueses; na altura de D. Pedro I é inevitável o aparecimento de Inez de Castro, parte obrigada de toda a poesia épica em que avulta a história nacional. A sua musa

é então de grande sabor camoneano: «Qual bonina ou jasmim que no solstício/a graça, o lustre, a côr mostra perdida».

O poema tem alguns lugares felizes e não merecia o abandono a que tem sido votado. Cantou um assunto de actualidade, com as dificuldades inerentes a tal circunstância; mas não se lhe pode negar a sinceridade do timbre, e muitas das suas estrofes têm direito à nossa simpatia.

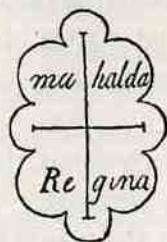
Algumas das obras, a que aludimos no princípio, tratam acidentalmente da Fundação ou da Restauração: assim, na Henriqueida, D. Francisco Xavier de Meneses occupa-se da primeira, no Canto XII; Braz Garcia, no Viriato, refere-se à segunda, no Canto XV, estrofe 98.

A idade das epopeias parece agora ter passado. No fim de contas, nem D. Afonso Henriques, nem D. João IV, teve o épico que merecia. A glória militar ou política não implica sempre a beleza literária: nenhum dêles, triunfador incontestado do inimigo, teve a suprema honra de escutar como o outro, vencido e aniquilado, uma voz tão pura que dissesse:

Maravilha fatal da nossa idade...

CABRAL DO NASCIMENTO

Dezembro de 1939.



PORTUGAL É UMA NAÇÃO

II

Portugal é uma Nação, mau grado a geografia.

Não me proponho desfiar agora — e muito menos criticar — todas as teses apresentadas em torno da existência ou da carência de individualidade geográfica no território, em que se talhou o Estado português.

Tem êsse território, de facto, uma individualidade geográfica que o diferencie do restante da Ibéria? — como pretendia o português Silva Teles e, recentemente e até certo ponto, o alemão Lautensach.

Não é a ausência dessa individualidade geográfica razão bastante para excluir a individualidade política? como sustentam os srs. Professores Anselmo Ferraz e Amorim Girão. Ou, passando além de certas indicações ou negações da geografia física, deve pedir-se à obra da História e à acção do Mar a formação da unidade político-económica da Metrópole e do seu Império? como nota, com sagacidade crítica, o meu ilustre camarada, Prof. Gonçalves Pereira.

Está dito e redito que, à simples vista do mapa peninsular, Portugal nêle surge como um rectângulo de terra, que parece artifício maravilhoso ter servido de lar a uma pátria de tão extraordinária vitalidade.

Não há nêle cadeias de montanhas que, pela sua orientação, barrem a passagem relativamente fácil do litoral para o interior; antes, as serras portuguesas se articulam todas nos regimes orográficos espanhóis. Os seus grandes rios nascem na Espanha e só têm em território português as partes inferiores dos seus cursos.

Em extensão mais que apreciável a linha das fronteiras é meramente convencional, quer dizer criação política e não obra da Natureza. No campo da geografia humana, a mesma ausência de caracteres diferenciadores. A massa demica é fundamentalmente da mesma cêpa étnica, dum e do outro lado das fronteiras luso-espanholas. No fundo de estratos sobrepostos por invasões e domínios mais ou menos longos, há a mesma originária camada de migrações eura-africanas, vindas no tempo, em que a História não tinha ainda organizado os seus registos.

Se se lembrassem aquelas leis de contacto, de que nos fala o geógrafo espanhol Gonzalo de Reparaz, ocorre naturalmente perguntar porque não conseguiram os possuidores das fôses dos grandes rios atlânticos da Península estender o seu domínio até ás suas nascentes? Ou não puderam os possuidores destas descenderem até ás suas embocaduras no mar?

Politicamente, como explicar que só êste rectângulo exíguo, de um quarto da super-

lície total da Ibéria, lograsse resistir ao movimento centrípeto da constituição das nacionalidades peninsulares em torno do Castelhana?

Hoje, o princípio das nacionalidades não atende somente aos elementos políticos e espirituais, mas também aos económicos. É indispensável que as unidades políticas sejam economicamente viáveis para que possam ser vivedoiras.

Ora, quando a unidade política portuguesa se completou pela conquista do Algarve europeu, poz-se á nova Grei um problema económico, que fundamente a affligiu.

O solo da nova Pátria era de condições geo-climáticas pobres. A terra é escassa de elementos nutritivos. O sub-solo não oferecia a perspectiva de riquezas minerais de extracção renumeradora.

O céu é azul, o ar benigno. Mas, há um desequilíbrio frequêntemente perturbador entre a humidade e a radiação solar. As chuvas distribuem-se muito desigualmente entre as regiões e as estações do ano. A água caída evapora-se por obra do sol ou é absorvida até às camadas impermeáveis da terra. Daí, só vingarem e prosperarem as vegetações arbóreas de raízes profundas e vegetarem difficilmente as culturas arvenses.

Meio optimo para a vinha, a oliveira e o sôbro; mau para os cereais e culturas idênticas.

O Nilo fez a Nação e o Estado egípcio. Um retalho de boa terra e de boas condições agrícolas seria aqui o *habitat* natural, geográfica e politicamente explicável, duma Nação.

Mas, assim...

Assim... é justamente a ingratição do meio geográfico que explica a nossa história e os nossos destinos. Uma pequena nação agrícola, de condições naturais e económicas favoráveis, prêsá à Terra, teria sido fatalmente absorvida no movimento de unificações das nacionalidades ibéricas.

Recordo, antes de o provar, as observações do Professor inglês Toynbee (*A study of History*) a cuja luz o *facto* português talvez já possa considerar-se, não uma anomalia esporádica, mas um caso a enquadrar numa série ou até na generalisação sistemática duma regra.

A acção do meio físico não se exerce igualmente em todos os momentos e em todos os lugares.

Países fisicamente comparáveis, como o Canadá e a Rússia, viram nascer civilizações inteiramente diversas. A lei que rege este domínio é uma lei de vida, uma lei de *pressão* e de *adaptação*. Frequêntemente, o esforço da adaptação é mais vigorosa e triunfante quando e onde a pressão é maior.

As ruínas dos Mayas são testemunhas duma luta trágica entre o Homem e a Floresta. E quando a pressão é fraca, sucede como em Cápuia, que perdeu os soldados de Aníbal.

Onde nasceu a civilização chinesa? Nas margens do gracioso Yang-Tsé ou no demónio Hang-Ho?

Onde surgiu a civilização andina? No Chile temperado? Não, no Perú, onde se poem os rudes problemas da irrigação e da cultura.

A Atica não era tão sêca, quanto era gorda e verdejante a pesada Beócia?

A Alemanha moderna não nasceu no belo jardim renano; foi forjada na dura bigorna brandeburguesa.

As civilizações nascem da dificuldade e não da facilidade. Quanto mais forte é a pressão mais viva a resposta, a adaptação.

E então, em vez de dizermos que Portugal foi e é uma Nação, mau-grado a geografia, que quer dizer a-pesar da ingratidão do meio físico, talvez que possamos avançar que foi e é uma Nação justamente como resultado do esforço que êsse meio determinou.

*

* * *

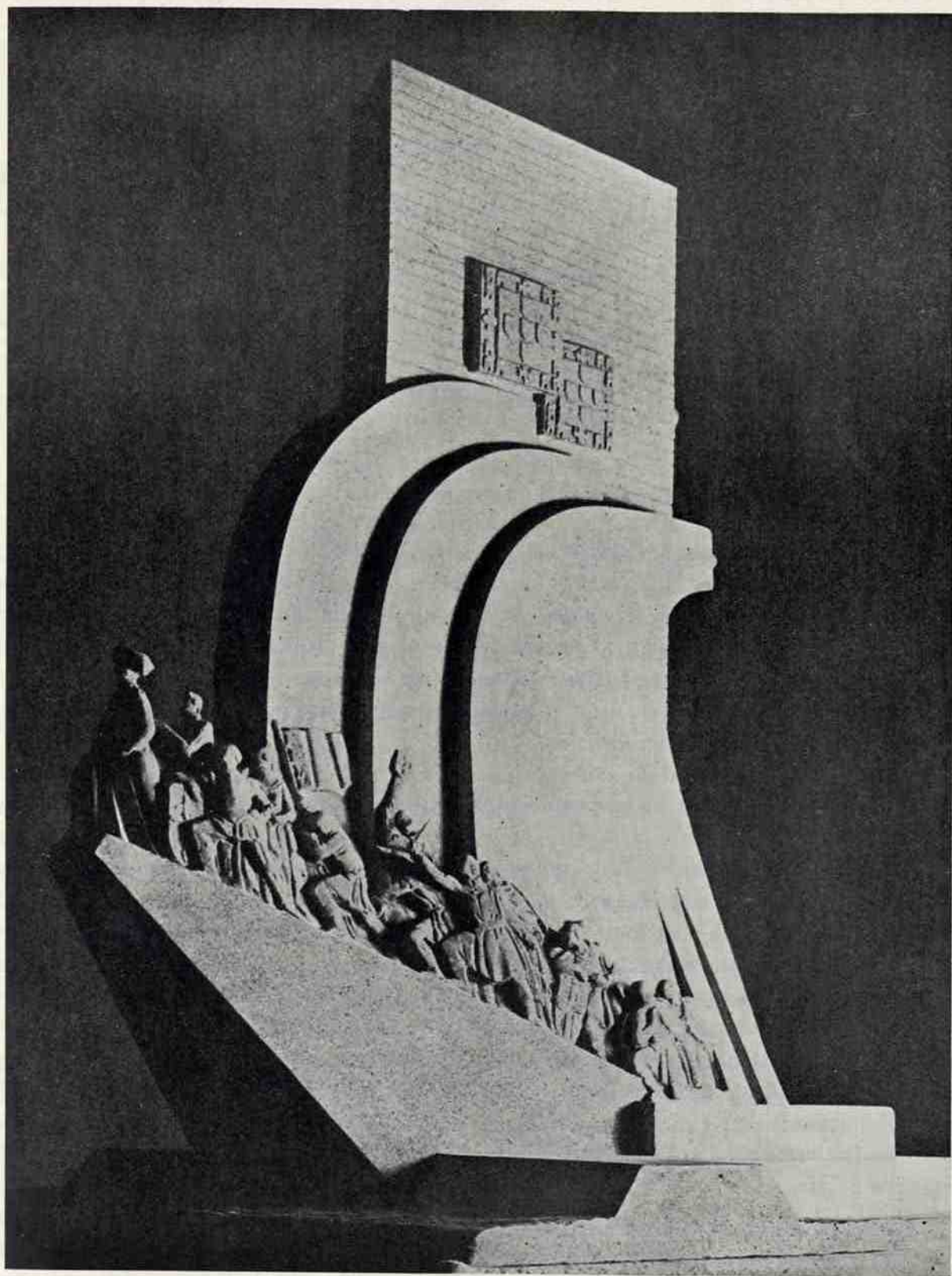
Anotemos, porém, antes de prosseguir, que sem ter perfeita diferenciação geográfica, o rectângulo português apresenta características inegáveis: — a sua orientação atlântica, o pendor mais suave dos seus relevos, a sua melhor exposição às chuvas do sudoeste, um arranjo diverso das terras e das culturas.

Quem passe da Espanha para Portugal (a não ser pelas fronteiras galaico-minhótas) nota logo que entra num país diferente — na terra e no homem.

Sem mergulhar nas investigações e controvérsias nebulosas da arqueologia pre e protohistórica ha-de concluir-se que faltou justiça no desdem de Herculano ácerca da *fábula histórica* dos *Lusitanos*. A gente do *habitat* português é manifestamente diferente da que viveu e vive nas outras regiões ibéricas. Não que reunisse caracteres de raça, certamente. Mas, justifica uma variedade étnica com os caracteres somáticos que misteriosamente explicam muitos dos seus modos de ser diversos e das suas diversas reacções através da história.

Nem doutra maneira se poderia justificar a sua resistente opposição à absorpção castelhana. Uma tal opposição, conduzida com testarudez, tantes vezes heróica, a um inimigo de expansão crescente e de forte poder de aglutinação, não poderá admitir-se como um mero *bambúrrio* histórico que depois se perpetuasse durante oito séculos. Casos dêsses deram-se aqui e ali, na própria Península; mas, foram sempre efémeros. Êste nosso continuou, manteve-se, atravessando tormentas temerosas.

Fêz a contra-prova da união política com Castela durante 60 anos; verificou-se que esta não podia vingar. E a Nação portuguesa renasceu vigorosa, dicidida, tenaz, em meio de contrariedades diplomáticas temíveis e através de 28 anos de combates.



MONUMENTO DAS DESCOBERTAS NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES

PRIMEIRO PRÉMIO DO CONCURSO DE ARTIGOS SÔBRE AS COMEMORAÇÕES DE 1940 PUBLICADOS NA IMPRENSA PORTUGUESA

MEDITAÇÃO DA VIGILIA DE 1940

UMA CRUZ BASTA PARA DIZER, NA HISTÓRIA, QUEM É PORTUGAL

Pelo Padre MOREIRA DAS NEVES

Olho para o Passado. Olho para o Presente. E digo a mim próprio: Uma cruz basta, para dizer, na História, quem é Portugal.

• • •

Não são como quaisquer festas as Festas Centenárias de Portugal de 1940. Mais do que os primeiros vagidos dum povo que se levanta para lutar e o grito heróico de uma pátria que reclama, perante o mundo, os seus direitos de independência, celebra-se, no próximo ano, a missão de Portugal através oito séculos de história. Pouco interessaria que Portugal tivesse nascido há mais ou menos tempo, se a sua posição entre os povos civilizados não fôsse a dum soldado e de um apóstolo, com uma alma incendiada e luminosa, capaz de bravuras e bondades extraordinárias.

Para nós se voltam, neste momento, os olhos da Europa e das distâncias de além dos mares, porque em nós descobrem o exemplo de uma acção ininterrupta a bem da civilização e da humanidade.

Os séculos da nossa História são solidários. Não se despegam uns dos outros, pois andam fundidos na mesma essência ardente e fecunda. Ourique pertence à nossa hora, como a batalha em que trazemos empenhadas as forças da inteligência, do coração e do sangue pertencem, por misterioso fenómeno de retrospecção, à vitória fulgurante de Aljubarrota. Por isso deseja o senhor Presidente do Conselho que o Duplo Centenário seja a grande Festa da Pátria, em que todos cantem a alegria de chegarmos até ao meio do século XX com a plena consciência de que temos sabido cumprir, dentro do nosso condicionalismo geográfico e étnico, as obrigações que nos impôs a Providência. As nações são como os homens: Têm a sua vocação. E, ou faltam a ela, traindo-se a si próprias, ou lhe correspondem, realizando-se em verdade e em beleza e, neste caso, ninguém medirá a sua projecção no futuro.

Portugal nunca olhou para trás, quando se tratava do problema da sua vocação histórica.

Para além de interesses e do prazer da aventura ou da embriaguês da glória, viu o sentido do Dever. Dono ou padrinho de tantas terras longínquas, procurou afeiçoá-las na lei de Cristo e na pureza da sua tradição.

«Nós, os Portugueses, diz Afonso Lopes Vieira, para aprendermos a sê-lo melhor, devíamos fazer um Curso de Portuguesismo pelo mundo». Esta a grande lição a tirar das Festas Centenárias: Precisamos de avivar e alargar o conceito de Portugal-Império, destruindo definitivamente a mentira anti-nacional de Portugal, país pequeno. O programa das comemorações envolve tudo, desde as pedras ignoradas que algum dia receberam o sangue de martírio dos nossos heróis ao gesto dos lavradores anónimos que semeiam de trigo os nossos campos.

Andam esparsos muitos dos nossos pergaminhos e há atestados da nossa velha soberania espiritual nos vários continentes que de todo esquecemos ou abandonámos.

1940 chamar-nos-á a um conhecimento mais perfeito do que fomos, levando-nos, assim, a um esforço maior ainda para que venhamos a ser o que desejamos. Nun' Alvares falará aos seus cavaleiros a caminho de Valverde. Regressarão ao Tejo, de panos enfundados e bandeiras frementes no tópo dos mastros, as Caravelas de Quinhentos. Os 40 Fidalgos da Restauração, cobertos de sol e de esperança, havemos de senti-los no meio de nós, como num milagre. E a voz do Padre António Vieira, tóda asas de fôgo, clamará outra vez apóstrofes violentas sôbre as multidões ajoelhadas.

Vamos reencontrar-nos no Ano que chega.

Ora não basta que 1940 acorde no mundo novas atenções sôbre nós, à fôrça de pendões erguidos e de pregões de epopeia ao vento lançadas. 1940 deve fixar-se não apenas nas actas dos congressos, e nas reportagens dos jornais, mas na nossa própria paisagem. Como?

Pelo *Cruzeiro da Independência*.

Lançámos a iniciativa, em Setembro de 1938, ao microfone da Emissora Nacional e logo se acenderam em derredor dela os mais puros e nobres entusiasmos.

São já muitos os elementos da Acção Católica Portuguesa que trabalham na sua propaganda. Quási tóda a imprensa se lhe referiu com palavras de grande simpatia. A Emissora Nacional tem dado notícia do movimento e a Rádio-Renascença promoveu, sôbre o assunto, algumas palestras.

Nesta vigília de 1940, voltemos a recordar o significado patriótico do *Cruzeiro da Independência*.

Não se exigem complexas formalidades burocráticas nem sacrifícios materiais incomportáveis. As freguesias que o possam e queiram fazer levantarão, no local mais

conveniente da terra, um cruzeiro de pedra com legenda que fique a lembrar às gerações do futuro a celebração do Duplo Centenário.

As freguesias que, a-pesar-de tudo não possam erguer um Cruzeiro novo, restaurarão algum dos antigos e nêle colocarão uma lápide com a inscrição respectiva :

VIII CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA
IV DA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL
— 1940 —

Desta maneira, estender-se-ão as Festas Centenárias a todos os recantos de Portugal e o povo rústico ouvirá falar da sua pátria, da sua história e da sua fé.

Demais, não será o Cruzeiro a síntese das nossas grandezas e das nossas aspirações?

Cristo, através da Cruz, entregou-se a nós. Nós, através da Cruz, entregámo-nos e entregámos o mundo a Cristo.

Na haste da Cruz, que se afunda na terra e se lança para o infinito, freme o nosso desejo de solidez e de altura. Nos braços que se abrem sôbre o mundo resplende o sentido universalista do nosso génio.

Somos perpendiculares, almas a prumo como o orgulho dos deuses invencíveis. Somos horizontais como a afirmação das verdades imorredoiras.

Vieram os romanos para a península e plantaram marcos miliários. Vieram os cristãos e plantaram cruzes. Os marcos miliários ensinam os homens a medir seus passos nos caminhos da terra. As cruzes ensinam as almas a medir seus vôos na amplidão do céu.

Já no século XVI, Francisco de Holanda, amigo de Miguel Angelo escrevia a D. Sebastião: «Não deixarei de lembrar mais a V. A. e a esta cidade e reino, que devem ter muito maior cuidado das cruzes de pedra que se põem em os caminhos e lugares públicos...

Mande V. A. que com muito cuidado em tôdas as entradas e saídas de Lisboa (e ainda por todo o Portugal) se façam formosíssimas cruzes de mármore ou pedra vermelha, e com letras na vasa...» (Vid. *Da Fábrica que fallece à cidade de Lisboa, cap. VIII*).

Francisco de Holanda chegou a oferecer os seus serviços ao monarca para arvorar sôbre a tôrre da mesquita de Marrocos uma imagem de Nossa Senhora da Guerra, e uma cruz sôbre o Monte Atlas. (Costa Lôbo, cit. por António Sardinha in *Ao Princípio era o Verbo*, pág. 180).

Vinha das primeiras horas da nacionalidade êste culto fervoroso pela Cruz.

D. Afonso Henriques assinou de cruz os nossos pergaminhos medievais. O seu gesto,

transportou-o o génio português, ampliando-o, para os pontos mais distantes do globo, depois de o repetir, em devoção e em arte, dentro da própria casa.

O Cruzeiro é a marca da nossa presença como povo missionário criador de civilizações.

O seu valor simbólico transcende o significado de tôdas as heráldicas. Representação e síntese da idea cristã, afirma, simultâneamente, as virtudes supremas do nosso sangue e o carácter superior da nossa vocação occidentalista e latina. É um grito de pedra brotando da terra como uma prece e indo direito às almas como um apêlo divino.

Ex-líbris da Raça. Documento de conquista e posse.

A-pesar-de tôdas as conclusões da crítica histórica, teima em pairar sôbre nós a sombra milagrosa da Cruz de Ourique. Daí nos vem certamente o jeito de erguer cruzeiros. Foi o próprio céu que nos ensinou a dar fisionomia religiosa à nossa paisagem.

Há terras de África, da Índia e do Brasil onde os cruzeiros são o único testemunho existente da nossa antiga soberania.

Cada cruzeiro tem atrás de si um drama, uma tragédia ou uma epopeia.

Byron visitou-nos um dia e criticou, como uma fraqueza, a abundância de cruzeiros em Portugal. Mas Byron era um agnóstico inpenitente, incapaz de compreender a nossa tradição católica. Ferdinand Denis, pelo contrário, fala, com entusiasmo, dos nossos cruzeiros.

Se estamos numa hora de restauração nacional, de revigoreamento das raízes e de expansão das seivas patrióticas, façamos com que o povo das serras e das aldeias, à roda dos cruzeiros, faça, em 1940, o seu exame de consciência e cante, entre bandeiras e flores, a alegria de ser livre e a glória de ser Português.

Olho para o Passado. Olho para o Presente. E digo a mim próprio: Uma cruz basta, para dizer, na História, quem é Portugal.

PADRE MOREIRA DAS NEVES

(Publicado no jornal Novidades
de 31 de Dezembro de 1939)



ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

Na *Biblioteca da Ajuda* há, a par da correspondência completa de D. João IV para D. Diogo de Lima, governador militar de Entre-Douro e Minho (1) e que em breve vamos dar a conhecer, algumas cartas dispersas do *Rei Restaurador*. Já aqui, na *Revista dos Centenários*, fizemos imprimir duas convocações do soberano para um dos fidalgos do reino comparecer nas côrtes que tiveram lugar em 1641 e em 1646. Agora iniciamos a publicação das ordens reais para o govêrno militar do Alentejo, o mais importante dêles todos pois foi com as suas fôrças que se travaram as grandes batalhas da Restauração.

Em 1645, quando o Conde de Alegrete veio à côrte com autorização do monarca, ficou governando a província do Alentejo, em sua substituição, Joanne Mendes de Vasconcelos, com a categoria de Mestre de Campo General. (2)

Pouco tempo depois, D. João IV mandava Alegrete regressar ao seu pôsto, mas por divergências que se levantaram, foi nomeado para o lugar de governador das Armas do Alentejo, o Conde de Castelo Melhor «persuadido [El-Rei] dos bons sucessos que havia alcançado no govêrno da Província de Entre Douro e Minho». (3)

São a êstes dois ilustres personagens — Castelo Melhor e Mendes de Vasconcelos — que se referem as cartas que hoje damos a conhecer. E se a importância dêstes escritos régios não é fundamental para a história das guerras da Restauração, não deixam êles de ter o seu interêsse como subsídios que se trazem ao probro historiador. Além de que a publicação destas cartas dispersas de D. João IV para o govêrno militar do Alentejo faz-nos completar, com a edição que em breve vamos fazer dos dois volumosos códices da correspondência real com Vila Nova da Cerveira, a publicação dos papeis do *Restaurador* que se guardam na linda Biblioteca do antigo *Paço Real da Ajuda*.

I

«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Hauendo respeito ao q̃ Gonçalo Teixeira de Moraes me representou na petição, q̃ com esta carta se vos enuia, e aos seruicos q̃ tem feito na cidade de Tangere de que presentou certidõis, hej por

(1) Cods. 51-VI-22 e 23.

(2) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado* — Ed. de MDCCLI, tomo II, pág. 107.

(3) *Ob. cit.*, vol. cit., pág. 109.

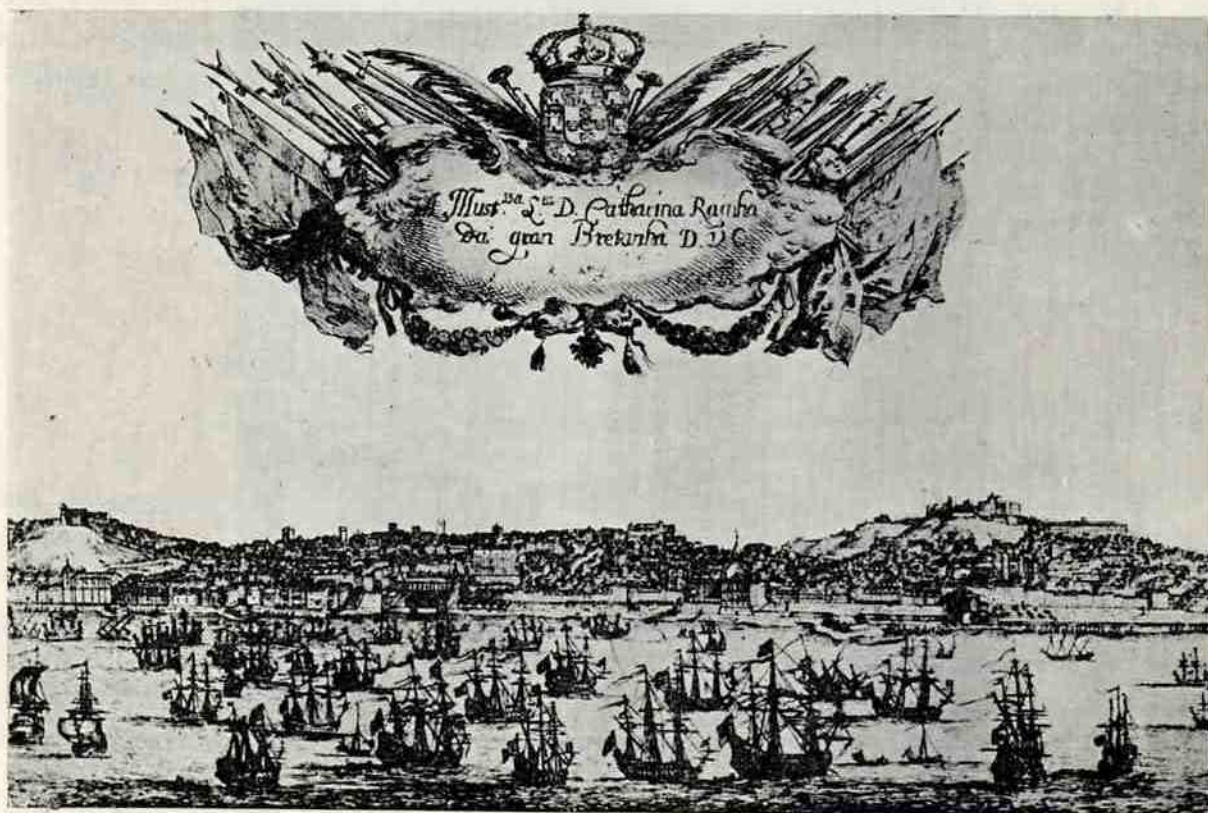
meu serviço, e vos mando, q̄ nas occasiões q̄ se offercerem, tratteis de o accomodar, ou mo proponhais para os cargos q̄ couberem em sua sufficiencia, e talento. Escrita em Lx.º a 31 de Março de 1645.

Rey . . .

Mfernno telles de meneses

D. João da Costa

Para o Conde de Castelmilhor» (1)



GRAVURA DE DICK STOOP ALUSIVA AO CASAMENTO DE DONA CATARINA DE BRAGANÇA

(Da colecção do Ex.º Sr. Eng.º Vieira da Silva)

(1) Biblioteca da Ajuda. Codice 51-VI-29 fol. 102.

II

«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̄ amo. A feliciano Salgado, que seruido de Sargento mor no Algarue na occasião de minha restituição nestes meus Reynos, foi tirado do cargo sem demeritos seus, fuy seruido mandar q̄ se lhe dessem cinco mil rs cada mes no Castello desta cidade emquanto não fosse prouido em posto equivalente, e por lhe tocar a reformação q̄ mandej fazer dos soldos occiosos q̄ se vencião no dito Castello, me representou ora o dito feliciano Salgado, que o dito soldo se lhe deu por entretenimento, a respeito de seus seruiços, e por hum Decreto meu, resoluy q̄ lhe va correndo o dito soldo nessa prouincia de Alentejo, em quanto não for prouido de posto. Encomendouos, q̄ nas occasiões q̄ se offerecerem, tratteis de o accomodar, ou consultarmo nos q̄ seus merecimentos, e prestimo merecerem para q̄ por este modo lhe não falte o sustento, e a sua mulher e filhos, e possa lograr pouco tempo occioso o dito soldo q̄ se lhe da por intertenimento. Escrita em Lx.^a a 14 de Abril de 1645.

Rey . . .

Mfernñõ telles de meneses

D. João da Costa

Para o Conde de Castelmilhor» (1)

III

«Joanne Mendez de Vasconcellos. Amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Por justos respeitos, e conueniencias de meu seruiço mandei agora passar em fauor das pessoas que se occupão nas Juntas das decimas, e na cobrança do dinheiro procedido dellas, o Aluara, cuja copia se uos enuiara com esta carta authentica por Antonio Pr.^a meu Secret.^{rio} de guerra. E pareceome mandaruolo remeter para q̄ tendo entendido o q̄ conthem, o façais cumprir, e executar em todos os lugares dessa Prouincia de nossa jurisdicção, e m.^{to} uos encomendo a breue execução desta ordem, e auizardesme de como se fez. Escrita em Alcantara a 30 de Abril de 1645.

Rey . . .

O Conde de Castelmilhor

O C.^{do} de Cantanhede.

P.^a o Mestre de Campo g.^{al} do ex.^{to} de Alentejo» (2)

(1) Biblioteca da Ajuda. Codice 51-VI-29 fol. 140.

(2) Biblioteca da Ajuda. Codice 51-VI-30 fol. 51.



FRANCISCO DE ANDRADE LEITÃO

IV

«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̄ amo. Por justas considerações, e conueniencias de meu seruiço. Hey por bem q̄ os escriuaos das Prouedorias das Comarcas do Reyno, não sejam obrigados a jr as fronteiras, por sua assistencia nas ditas Prouedorias, ser de mais importância a meu seruiço e aos despachos ordinarios das partes, q̄ não seria licito pararem com a falta dos tais escriuãos. Pello q̄ vos encomendo, e mando, q̄ tanto q̄ receberdes esta carta, ordeneis q̄ esta minha resolução se faça notoria nas cabeças das Comarcas de vossa jurisdição, mandando q̄ se registre nos liuros das Camaras dellas para q̄ se cumpra sem lhe ser posto duuida alguã. Escrita em Alcantara a 22 de Mayo de 1645.

Rey

Dom Alu.^o Abranches de Cam.^{ta}

Dom João da Costa

Para o Conde de Castelmilhor» (1)

V

«Conde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar, como aquelle que amo. O Alferes Esteuão Pinto Pacheco vos presentara com esta carta os papeis de seus seruiços, e porque terey contentamento de que tenha o accresentamento, que conforme ao merecimento delles, mereçer Vos encomendo que com esta aduertencia mo proponhaes para os postos em que entenderdes pode caber com rellação dos mesmos seruiços occupandoo entretanto naquillo para que tiuer capacidade. Escrita em Alcantara a 2 de Junho de 1645.

Rey

Dom João da Costa

Alvaro de Sousa

Para o Conde de Castelmilhor» (2)

(1) Biblioteca da Ajuda. Codice 51-VI-29 fol. 67.

(2) Biblioteca da Ajuda. Codice 51-VI-29 fol. 130.

VI

«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar, como aquelle q̃ amo. Com esta carta se vos remettera huã p̃tição do Alferes João de figueiredo, na qual refere os annos q̃ ha me serue, e as partes em q̃ o fez como por ella vereis, pellos quais seruiços e desejo q̃ tem de os continuar nessa fronteira, he merecedor de fauor. Encomendouos mo proponhais na conformidade de minhas ordens nos postos em q̃ vier a caber, e em q̃ julgardes sera de p̃stimo e melhor me podera seruir. Escrita em Lx.^a a 22 de Junho de 1645.

Rey . . .

Dom João da Costa

Aluaro de Sousa

Para o Conde de Castelmilhor» (1)

(1) Biblioteca da Ajuda. Codice 51.VI-29 fol. 139.

CASTELOS DE PORTUGAL

MARIALVA, LANGROIVA E RANHADOS

Percorramos os nossos castelos, filhos de Portugal ouçamo-lhes a sua história, e digam-nos depois qual será o português que não sentirá vibrar o coração de patriotismo, qual o patriota que não se curvará respeitosamente ante estes grandiosos padrões, erguidos uns, reedificados outros, pelo esforço da raça portuguesa. («Castelos de Portugal» — 2.º volume. Distrito de Coimbra — Jorge Larcher).

São estes os únicos castelos medievais do concelho de Meda. Contudo já encontrámos referências, que não nos merecem crédito, sobre a existência de castelos na própria vila de Meda e em Casteição.

Qualquer destas fortalezas encontra-se em deplorável estado de ruína e a falta de elementos de fontes fidedignas inibe-nos de dar mais largo desenvolvimento a estas notas.

No «auto das cidades e ujjlase concelhos q̄ ha na comarq̄ da b.^{ra}», feito na cidade da Guarda a 30 de Agosto de 1513, que Cunha Saraiva diz ser a lista das fortalezas e castelos da Beira dos começos do século XVI, mais completa, lá figuram «m' allua», «llägroyua», e «rranhados».

E de facto só estas três fortalezas deviam ter existido, neste concelho, das quais ainda hoje se vêem as suas seculares ruínas, que puderam escapar à nefasta acção do tempo e dos homens, e que a-pesar da sua decrepitude ainda nos fazem vibrar a alma, ao evocar o papel que tiveram na formação da nacionalidade os antigos castelos, as mais vigilantes atalaias das terras de Portugal.

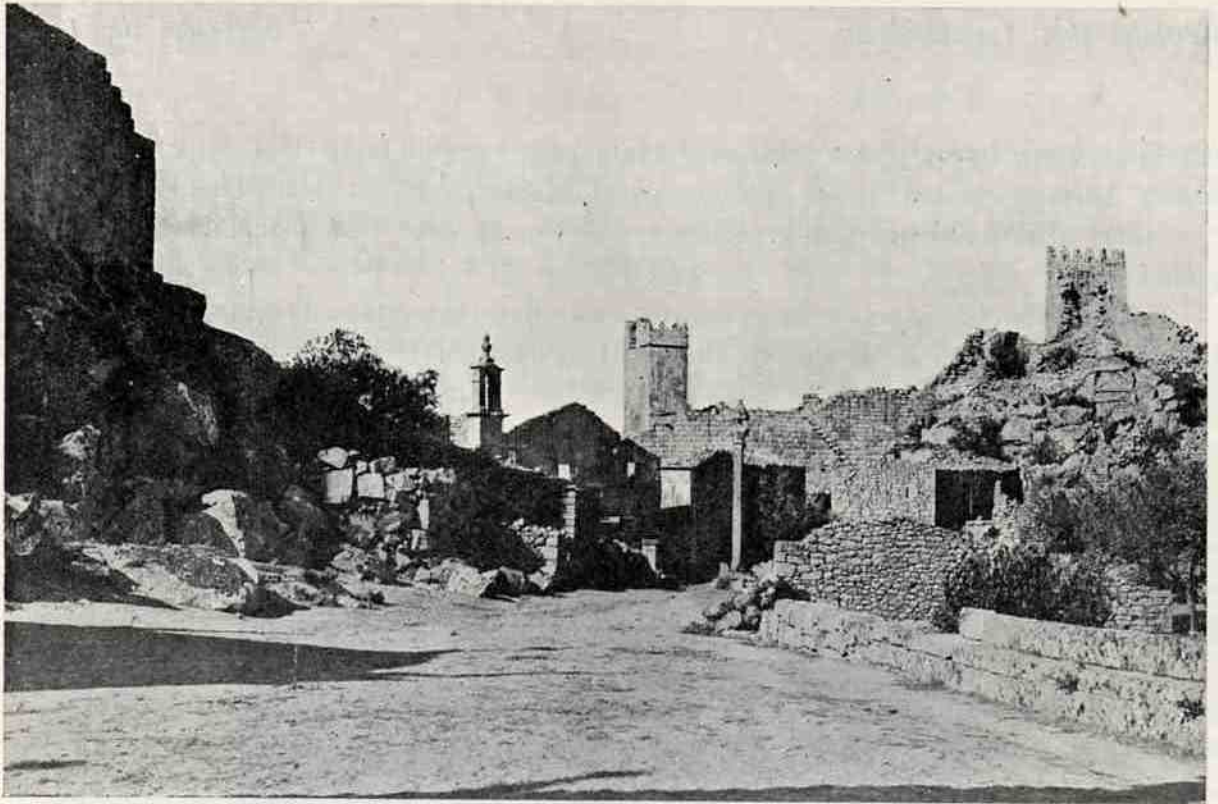
Qualquer destes castelos é anterior à formação da nacionalidade, sendo, sem dúvida, o de Marialva o mais importante dos três.

A história deste forte castelo está ligada à da vila cuja fundação é de remotíssima antiguidade.

Foi cidade no tempo dos romanos e mais tarde ocupada pelos moiros, aos quais foi conquistada em 1063 por Fernando Magno.

O ilustre mestre Dr. Leite de Vasconcelos ⁽¹⁾ dá-nos a notícia de «hũa pedra de marmore quadrangular mais comprida que larga e da grosura de meyo palmo, a qual foi achada dentro do castello, e nella se vê esculpido hum Letreyro latino que ainda com vo-

(1) Extractos Archeologicos das Memorias Parochiais de 1758, publicadas no *Arqueólogo Português* Vol. VII, pág. 13.



CASTELO DE MARIALVA



TÔRRE E MURALHAS DO CASTELO DE LANGROIVA

cabulo breves e letras já apagadas se deixa perceber ser do tempo dos Emperadores Trajano e Adriano e existir nesse mesmo e nesta mesma pargem a cidade chamada Aravos».

Mas além desta pedra, outros achados vêm comprovar a existência dos romanos naquele local.

As contínuas guerras com os moiros foram decerto a causa da sua destruição, e em grande estado de ruína foi encontrado por D. Afonso Henriques, a quem se atribue a sua



RUINAS DO CASTELO DE RANHADOS

reconstrução, tendo êste monarca concedido foral a Marialva em 1179, confirmado em 1217 por D. Afonso II.

Devia ter sido esta velha fortaleza teatro de novas lutas, pois que no reinado de D. Diniz estava muito desmoronado, tendo êste rei iniciado a sua reconstrução que só teve conclusão em 1559, no reinado de D. Sebastião, durante o período em que D. Catarina governou o reino.

Dêste velho e forte castelo ainda hoje existem alguns panos de muralhas e 4 tórres, numa das quais colocaram um relógio.

Mas em maior estado de ruina encontra-se o castelo de Langroiva, de remotíssima fundação.

A esta antiga fortaleza faz referência o testamento de Dona Flamula, feito em 960 (que está no livro 1.º de D. Mumma Donna de Guimarães a fls. 7, segundo citação de Pinho Leal).

Foi êste castelo, com todos os seus termos e pertenças, doado à ordem do Templo em

1145, por Fernão Mendes e sua mulher, a infanta D. Sancha e dêle encontramos também notícia na confirmação de tôdas as doações de terras, vilas e castelos que o papa Urbano III deu à ordem dos Templários e em que nomeia como os principais, entre outros, Langroiva.

Do seu antigo castelo só existe a velha tôrre que se vê na gravura que acompanha êste artigo.

Finalmente temos Ranhados, antiga terra do infantado, que teve o seu primeiro foral a 26 de Julho de 1286, dado em Coimbra por el-rei D. Diniz e o rei D. Manuel lhe deu foral novo em Lisboa a 29 de Novembro de 1512.

Do seu velho castelo só nos restam as ruínas que a nossa gravura reproduz.

Num esforço muito louvável e patriótico tem-se feito importantes trabalhos de reconstrução e de restauro em muitos dos nossos castelos; pena é que essa obra tão merecedora dos aplausos de todos os patriotas não se possa estender a tôdas as fortalezas medievais, a êsses gloriosos monumentos que constituem as mais formosas e expressivas páginas em pedra da História de Portugal.

Contudo não queremos deixar de acentuar que entre os castelos que merecem ser restaurados não deve ser esquecido o de Marialva, que pela sua vastidão e fortaleza era um dos mais poderosos castelos da região.

JORGE LARCHER



L E G I S L A Ç Ã O

DECRETO-LEI N.º 28.797

O programa de obras e melhoramentos que o Governo se propõe levar a efeito para comemoração dos Centenários da Fundação e da Restauração da Nacionalidade impõe o desenvolvimento de algumas obras públicas já em curso e determina a abertura de novos trabalhos e melhoramentos, a iniciar ou a concluir no curto prazo de dois anos.

A acção do Governo tem, portanto, de ser rápida, embora segura.

É rápida em tudo: na elaboração dos projectos, nas aquisições ou expropriações exigidas pelas obras e melhoramentos previstos, emfim, na sua execução.

Ora tem de reconhecer-se que a aplicação da lei geral à efectivação das aquisições ou expropriações necessárias daria, em regra, lugar a delongas que comprometeriam, talvez de modo irremediável, a realização do programa do Governo.

Por outro lado, a experiência feita com o sistema especial de expropriações estabelecido, pela primeira vez, para a obra do Parque Florestal de Monsanto veio mostrar que, sem ofensa de legítimos direitos e antes com vantagem para todos, se pode poupar, em tal assunto, muito tempo e energia.

Os resultados obtidos, dando geral satisfação aos interessados, permitem concluir que se trata de um sistema que reúne os merecimentos de ser equilibrado, justo e expedito.

É nessa convicção que o Governo vai estabelecer a sua aplicação aos melhoramentos públicos compreendidos no programa de comemorações dos Centenários, aperfeiçoando-o num ou outro ponto de pormenor, de harmonia com os ensinamentos colhidos.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São declaradas de utilidade pública e efectuadas nos termos do presente decreto-lei as aquisições ou expropriações necessárias à execução das obras e melhoramentos seguintes:

a) Aeroporto de Lisboa e estradas e arruamentos de acesso a Lisboa e ao aeroporto;

b) Construção de casas económicas em Lisboa e Pôrto;

c) Obra de arranjo e reintegração do Castelo de S. Jorge;

d) Urbanização do chamado Parque Eduardo VII;

e) Arranjo do bairro de Alfama;

f) Auto-estrada e estrada marginal Lisboa-Cascais;

g) Arranjo urbanístico das zonas dos Palácios da Ajuda, da Assembléa Nacional e de Queluz, em Lisboa, e do Palácio das Carrancas, no Pôrto;

h) Avenida marginal ao Tejo, incluindo a rectificação do trço actualmente existente;

i) Urbanização da Praça dos Jerónimos;

j) Edifícios universitários de Lisboa e novos Hospitais de Lisboa e Pôrto;

k) As obras de urbanização da cidade de Lisboa que o Governo aprovar para serem iniciadas até 1940;

l) Novos edifícios para quartéis.

§ 1.º As áreas abrangidas pelas obras e melhoramentos enumerados, incluindo as respectivas faixas marginais sobranes, quando as houver, serão fixadas pelo Governo, precedendo proposta da Câmara Municipal de Lisboa ou do Pôrto, quando se tratar de obras ou melhoramentos a seu cargo.

§ 2.º As plantas relativas às áreas fixadas nos termos do parágrafo anterior serão sempre afixadas ou publicadas no «Diário do Governo» para conhecimento dos interessados.

Art.º 2.º Os preços das aquisições ou as indemnizações serão fixadas por arbitragem.

§ 1.º Para cada obra ou melhoramento serão constituídas comissões de três árbitros, dois permanentes — indicado um pela entidade adquirente e outro pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça — e um terceiro, designado para cada prédio, por escolha do respectivo proprietário.

§ 2.º Na arbitragem os peritos atenderão ao valor real e concorrente dos prédios durante os últimos três anos, e, na falta de unanimidade, será tomada a média aritmética dos laudos que mais se aproximarem; da arbitragem não haverá recurso.

§ 3.º As importâncias a pagar serão fixadas em relação à propriedade plena, compreendendo, portanto, quaisquer ónus ou encargos que sobre o prédio impendam.

§ 4.º Do resultado da arbitragem será sempre lavrado auto pelos três peritos.

Art.º 3.º A fixação dos preços das aquisições ou

das indemnizações pelas comissões de arbitragem importa a transmissão da propriedade para a entidade adquirente, mas aos proprietários fica garantido o uso e fruição dos prédios até integral pagamento dos quantitativos arbitrados.

Art.º 4.º Compete à entidade adquirente promover a constituição e funcionamento das comissões de arbitragem.

§ 1.º Os proprietários serão notificados, por officio ou por anúncios publicados em dois dos mais lidos jornais da comarca da situação dos prédios, para designarem os seus peritos, e estes serão avisados, em carta registada, do dia e hora certas em que terá lugar a avaliação.

§ 2.º Se o proprietário fôr incerto, incapaz ou ausente, se não provar a qualidade em que foi notificado, se não designar perito ou este não comparecer, e, de um modo geral, em todos os casos em que surjam dúvidas ou dificuldades consideradas insuperáveis ou dilatórias, será o respectivo árbitro indicado pelo delegado do Ministério Público da respectiva comarca.

Art.º 5.º O uso e fruição dos prédios avaliados transmitem-se à entidade adquirente pelo pagamento das importâncias arbitradas nos termos deste decreto-lei.

§ único. O pagamento será efectuado mediante escritura de quitação ou entregando-se ao juiz de direito da comarca guia do respectivo depósito à sua ordem, acompanhada de requerimento devidamente instruído para que mande atribuir a importância depositada aos interessados, depois de observar, na parte aplicável, as disposições da artigo 14.º da lei de 26 de Julho de 1912, dos artigos 5.º e 6.º do

regulamento de 15 de Fevereiro de 1913 e mais legislação em vigor.

Art.º 6.º Os registos das propriedades transmitidas nos termos deste decreto-lei serão efectuados nas conservatórias do registo predial, com preterição de todos os mais, dentro dos oito dias immediatos ao da apresentação dos respectivos requerimentos.

§ único. Na falta de escritura, é título suficiente para a inscrição, a favor da entidade adquirente, da propriedade plena e livre de ónus e encargos o documento comprovativo do depósito à ordem do juiz a que se refere o artigo anterior.

Art.º 7.º As transmissões feitas ao abrigo deste decreto-lei ficam isentas de sisa, bem como do imposto do selo, em todos os actos e termos necessários à sua efectivação e registo.

Art.º 8.º Serão applicadas as disposições gerais das leis e regulamentos relativos a expropriações por utilidade pública em tudo que não estiver especialmente estabelecido neste decreto-lei.

Art.º 9.º O Ministro das Obras Públicas e Comunicações exercerá a competência atribuída ao Governo neste decreto-lei e promoverá a sua perfeita execução.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 1 de Julho de 1938. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

REVISTA DA IMPRENSA

IMPRENSA PORTUGUESA

O Diário de Notícias, de 8 do corrente, publicou, sob o titulo: *Faltam Quatro Meses, um artigo de António Ferro, que a seguir transcrevemos.*

«A quatro meses apenas das comemorações do oitavo centenário da fundação de Portugal, pergunta-se com natural curiosidade: «Estará tudo pronto?» Respondemos sem excesso de optimismo, confiados unicamente em certas realidades indiscutíveis: «Não tenham receios! Todas as obras materiais, as

definitivas e as transitórias, estarão concluídas ou na sua última fase de construção. De qualquer forma, dentro de quatro meses, Portugal há-de surgir-nos mais forte, mais progressivo, «maior!» Mas perguntamos logo a seguir aos que nos perguntam: «E nas vossas almas? Tudo estará pronto? Já todos compreenderam em profundidade, até ao íntimo das suas consciências, o extraordinário significado das comemorações de 1940? As necessárias obras, na alma de cada um, não estarão mais atrasadas do que as obras materiais?»

O Governo da Nação decidiu — e muito bem! —

não deixar passar em claro essa gloriosa data, não deixar de celebrar oito séculos de existência nacional e universal, tão proveitosa para o Mundo como para nós. Quem pode censurá-lo por essa decisão? Se o não fizesse, se tal data única tivesse sido esquecida não faltariam críticas, que então se justificariam, contra a indiferença dos poderes públicos perante o alto significado nacional do oitavo centenário da nossa fundação. E os mais exaltados, os que mais se revoltariam contra tal indiferença, seriam os mesmos — não duvidem! — que acusam hoje o Governo do seu interesse, como estariam dispostos a acusá-lo, com argumentos às avessas, do seu desinteresse. Mas estes são aqueles raros sobreviventes de certa mentalidade negativista e dissolvente que o Estado Novo, por ser novo, tem procurado combater...

Fez bem, portanto, o Governo em não seguir a opinião dos *opiniosos*, mas antes a opinião da alma nacional, cujo imperativo era este: numa época movediça, inconstante, em que certas nações se fazem e desfazem, como bolas de sabão, mostrar ao Mundo a nossa certidão de idade, mostrando simultaneamente aos portugueses, que não acreditam às vezes em si próprios, que nós vimos de longe e vamos para muito longe. Ou não fôsse a nossa História uma viagem á volta do Mundo que se repete constantemente!

Preparemo-nos, pois, para os Centenários da Fundação e da Restauração, de alma viril e com a séria consciência de que tal celebração, longe de supérflua, é absolutamente necessária ao nosso progresso, sacudida indispensável na nossa intermitente passividade, espelho que devemos erguer para nos olharmos e acreditar mais em nós próprios! É que não se trata de simples festas recreativas, com arraiais e foguetes, não se trata sequer de festas no sentido superficial da palavra. Por esse Mundo fora, certos homens que governam as nações andam muito esquecidos da História que aprenderam (se a aprenderam...). Há países que se montam e desmontam como circos ambulantes. E certos povos, que nunca julgaram regressar às épocas primitivas e bárbaras das populações nómadas, andam de terra em terra á busca de si próprios!...

Para evitar confusões, para que se saiba definitivamente, nesta época de constantes mal-entendidos, que Portugal não é um país improvisado, uma simples tenda de campanha, é não só útil como necessário dar o maior relêvo, a maior teatralidade às cerimónias do duplo centenário. Não compreender essa feliz oportunidade, não atingir a projecção dessas comemorações é andar completamente cego,

desorientado, e sacrificar os interesses espirituais da Nação a certas considerações mesquinhas, filhas de vícios antigos que deveríamos recalcar heroicamente!

Sevilha, a-pesar da grande crise que assola a Espanha, prepara-se para festejar com esplendor a sua Semana Santa. A feira de Leipzig realizar-se-á, como todos os anos, na data marcada. Nice teve, como sempre, o seu Carnaval. Em Roma trabalha-se activamente para a grande exposição de 1942. Porque não havíamos nós, em melhores condições, de festejar as duas datas mais importantes da nossa História?

Contrariamente ao que dizem alguns, e em resposta aos argumentos vesgos dos mal intencionados ou dos ingénuos que vão no seu rasto, as Comemorações Centenárias interessam igualmente á economia, á riqueza e ao próprio bem-estar do povo português. Interessam á economia porque impulsionarão o turismo nacional e internacional. A província virá á capital e a capital visitá-la-á por sua vez. E se é verdade que as circunstâncias vão diminuir o afluxo dos turistas estrangeiros, podemos contar, desde já, com certo número de visitantes do Brasil, dos Estados Unidos da América e até dalguns povos em guerra que nos olham como se fôssemos a terra prometida. E tal movimentação de turistas nacionais e estrangeiros, com a sua inevitável circulação de moedas, não pode ser indiferente á nossa economia.

Interessam igualmente á nossa riqueza porque a sua finalidade, em grande parte, foi a de apressar certos melhoramentos que virão aumentar o nosso património: a estrada marginal para Cascais, a auto-estrada, o aeroporto, o estádio nacional, as gares marítimas, a redenção da Torre de Belém, a Praça do Império, a restauração do Teatro de S. Carlos, as obras do Castelo de S. Jorge, as pousadas, as novas entradas de Lisboa, a nova Casa da Moeda, os hospitais escolares, os novos bairros económicos e numerosos melhoramentos por toda a província.

Interessam, por fim, ao bem estar do povo português porque neste momento difícil, neste ano crucial para todo o Mundo, muitas famílias encontraram o seu pão de cada dia nas obras definitivas ou temporárias que se estão realizando. *Os críticos frívolos dos Centenários, os que julgariam aliviar a crise dando outra aplicação às somas, aliás modestas, que se destinam às festas, ainda não se lembraram certamente de que as comemorações têm constituído precisamente um dos meios mais eficazes de combater essa crise.* Ou não se contassem por milhares os operários (só na Exposição do Mundo Português e

na estrada marginal trabalham dez mil) que estão empregados nas diferentes obras em curso. Tivesse o Governo resolvido suspendê-las, ficassem de repente êsses operários sem possibilidades de vida, e os actuais críticos das festas, repetimos, seriam então os mais severos críticos dessa deliberação...

Cumpriu o Governo, portanto, o seu dever não fugindo a comemorar essas datas apoteólicas da nossa História. Deve o povo português cumprir igualmente o seu, compreendendo o alto significado dessa data, integrando-se completamente no pensamento do Governo, ajudando as comemorações com o seu entusiasmo, com a sua fé, desprezando os derrotistas profissionais, os fabricantes de boatos, os fazedores de anedotas fáceis, «as senhoras vizinhas» dos falsos escândalos, dos «casos pessoais», as eternas carpideiras das nossas esquinas!...

Nós conhecemos as dificuldades do momento que se atravessa. Devemos, porém, regozijar-nos, dar graças a Deus, se atentarmos bem no que se passa perto de nós e longe de nós. Vivemos horas difíceis, apertadas, sem dúvida, mas o que dirão aqueles povos, beligerantes ou não, aos quais falta o quotidiano, o essencial para se alimentarem, onde tudo é medido, racionado? Em certos países não há café. Noutros falta a manteiga, o açúcar, o arroz. Noutros ainda a carne é um luxo raramente permitido. Em Espanha, aqui mesmo ao lado, um grande povo sofre pacientemente, heroicamente, as naturais consequências duma revolução libertadora mas devastadora. Em Portugal antes se verifica inalterável abundância dos principais géneros alimentícios. A vida subiu ligeiramente como não podia deixar de ser, mas nunca na proporção (tal facto se deve à organização corporativa tão discutida) com que subiu em todos os países do Mundo.

Mas há mais. Enquanto certos países, como a Bélgica, a Holanda, a Suíça, a Suécia, a Noruega, vivem num constante pesadelo, no receio permanente, de se encontrarem, sem querer, envolvidos na guerra, invadidos, o nosso sono é tranquilo, sem ameaças, sem núvens escuras a perturbá-lo. Tal equilíbrio da vida, tal segurança, devem-se indiscutivelmente à orgânica do Estado Corporativo e à política internacional do seu Chefe, cujo prestígio no Mundo, cuja influência na nossa época, aumentam dia a dia. Desmascarar quem finge ignorá-lo é tarefa tão fácil que chega a parecer-nos inútil. *Em verdade, nunca na vida do actual regime houve mais razão para estar grato ao Governo da Nação.* Deficiências, êrros, misérias—triste condição das coisas humanas — têm existido e hão-de existir sempre, no nosso e em todos os países. Mas a nossa exigência,

a nossa indignação perante certas chagas sociais prova-nos justamente que o Estado Novo nos tem obrigado, com as suas doutrinas e as suas realizações, a interessar-nos por certos problemas que antigamente nos deixavam indiferentes. *Essa impaciência, filha, portanto, da nossa própria evolução, não existiria hoje se o que nos parecia impossível não se tivesse tornado possível graças ao que já se tem feito...* «O homem que sobe ao monte — disse-nos o Chefe do Governo numa entrevista que nos concedeu — descobre, passo a passo, um horizonte maior». O incrível, o insuportável (e por isso nos voltamos, por vezes, contra os próprios que nos abriam os olhos) é pensarmos hoje que estivemos durante tanto tempo numa apatia absoluta.

Portugueses! Êste é o momento de dar uma lição à Europa e ao Mundo! Enquanto os outros povos se olham com desconfiança, se medem, enquanto os tremores de terra se sucedem, preparemos-nos para festejar com serenidade, com aprumo, os nossos oito séculos de existência! Tôdas as críticas, tôdas as lamentações, tôdas as queixas, todos os derrotismos, podiam ser perigosos, desmoralizadores, nesta hora em que nos vamos sujeitar a uma grande prova, em que nos cumpre ser dignos das datas que vamos celebrar! Temos uma oportunidade única de aumentar e consolidar o nosso prestígio, demonstrando em plena guerra a nossa paz, demonstrando que Portugal é o farol da Europa, o rochedo seguro no fragor da tempestade! Perder tal oportunidade seria falta de visão imperdoável, seria dar razão aos poucos que não acreditam ainda no nosso ressurgimento, na nossa fé. Tal desalento, tal impossível desalento, interessaria, sem dúvida, aos inimigos de Portugal. Mas não interessa com certeza aos portugueses.

Faltam apenas quatro meses para começarem as cerimónias dos Centênários. Para que tudo esteja pronto, nas almas e nas ruas, é necessário unirmo-nos para o último arranco, é indispensável que cada português considere sua a tarefa das Comemorações! Mãos á obra! Que cada um, na sua esfera de acção, procure fazer o melhor que possa para que Portugal, em Junho de 1940, apareça aos olhos do Mundo, não como um país novo (temos oito séculos e orgulhamo-nos de tal!) mas como um país renovado, em pleno ressurgimento! Não há um minuto a perder! Um dia de fraqueza, uma hora de desfalecimento, podem ser graves, podem fazer esquecer ou demorar os pormenores essenciais! O Mundo tem os olhos postos em nós, ainda ligeiramente incrédulo perante as realizações que anunciámos! Se falhassemos não falhavam os homens

a que foi confiada a obra honrosa das comemorações: falharia o país que não soube compreendê-los nem acompanhá-los!

Portugueses! Não deixemos que se forme, de novo, a nosso respeito, a idea falsa, injusta, de que somos um povo que já viveu de mais, um povo inerte, fatalista, vencido dentro de si próprio. Deixemos de cantar, duma vez para sempre, o Fado da Desgraça!... O momento é difficil (mais difficil para os outros do que para nós!) mas tivemos a sorte de encontrar os homens necessários, indispensáveis, para esse momento, um Chefe de Governo que nos impôs ao respeito de lódas as nações, e um Chefe de Estado cuja nobilissima figura é um modélo de altas virtudes. Unamo-nos todos á sua volta, portanto, neste ano sagrado do oitavo centenário da nossa fundação, para afirmar a todo o Mundo, alto, claro e bom som, que a palavra Portugal não é apenas o nome dum país, o nome duma parte da Península Ibérica, mas acima de tudo, no vocabulário da História, sinónimo de eternidade».

Também o mesmo jornal, no seu número de 1 de Janeiro último, inseriu o artigo que abaixo publicamos, da autoria do sr. Embaixador Dr. Alberto d'Oliveira, intitulado: «O Ano aureo de Portugal».

«Assim chamou Júlio Dantas ao ano, que hoje começa, do Duplo Centenário; e a designação, hauida na mais pura tradição romana, merece gravar-se nas nossas memórias. De igual modo temos de estabelecer para 1940 um calendário especial, além do que já nos é proporcionado pelo programa das futuras, ou antes próximas, festas, de modo que cada dia, cada hora dêsse ano sejam quanto possível consagrados ao nosso exame de consciéncia colectivo e a reparar, pelo arrependimento e pela emenda convicta, tantos êrros com que, através dos séculos, se ennevoou o brilho ou se atrasou a marcha da nossa história.

Há onze anos, quando comecei a sonhar o sonho doirado das actuais comemorações, num momento ainda incerto e desnordeado da vida nacional, mal supunha que tal sonho chegasse alguma vez a ser realidade. Há cerca de dois anos, quando o Dr. Salazar se dirigiu a todos os Portugueses, com o toque a reunir da sua nota officiosa (que logo assumiu forma e som de documento histórico) — estava a Península de que fazemos parte, e com a única excepção da parte que é nossa, em plena e pavorosa guerra civil. Contavamos bem que a paz voltasse, como voltou, antes das nossas datas festivas; mas estavamos longe de supor que a essa guerra vizi-

nha se seguiria agora a grande guerra europeia e universal — porque a Europa não é só na Europa — que estamos presenciando, e a que, graças a Deus e a quem nos governa, nos mantemos alheios.

Era já grande empresa e proeza realizar o Duplo Centenário na estreita orla ocidental duma Península em horrível convulsão, ou mal refeita dela; é-a maior ainda erguer o nosso obelisco, o nosso farol de paz, de confiança e de fé, quando o Mundo se agita no desespero e na impoténcia duma guerra atroz, cujo fim final todos ignoram e está muito mais nas mãos de Deus do que nas daqueles que a ela foram levados pelo duro destino.

Mas para todos os males há compensações, senão consolações. A nossa, nesta hora de paz peninsular perante a guerra de além-Pireneus, é a de poder associar melhor a irmã Espanha, e não só o filho Brasil, ás nossas festas. E' a de poder meditar mais profundamente que ao lado da materna civilização greco-latina, e das suas herdeiras na Itália, na França, e, a-final, em quasi tóda a Europa, há uma original e autónoma *civilização ibérica*, de que somos, com a Nação vizinha, únicos pais e directos filhos, que estende os seus braços ao longo dum continente por nós descoberto e despertado para a vida culta e cristã, e cuja irradiação anda bastante esquecida, em beneficio de outras glórias mais recentes. Cumpre-nos evocar o seu esplendor futuro. Cumpre-nos defini-la nas suas origens e acompanhá-la na sua evolução, nem sempre favorecida pelas adulterações e calúnias com que o vaivem das marés políticas desencaminham a história.

Basta lembrar que Oliveira Martins foi talvez, até hoje, o único genial cronista e intérprete dessa civilização. Logo o compreenderam as Universidades espanholas, onde o seu livro foi desde muito adoptado como compêndio e posto ao serviço da glorificação da Espanha. Não o compreendemos assim nós, que nele, com a mesma facilidade, encontraríamos motivo para enaltecer Portugal. A obra ibérica foi bastante ciclópica para exigir cooperação de dois construtores, e cada qual provou ser digno dela. Mil anedotas da efêmera vida quotidiana nos desviaram da verdade que paira por cima e renasce por baixo delas. Procurando uma vez resumir numa frase o pensamento do nosso grande historiador, em quem o pessimismo doentio mal ocultava o seu insaciado orgulho de raça, encontrei esta, que na verdade define menos mal o programa realizado por Portugal e Espanha no Mundo: *o heroísmo ao serviço da fé*. Que levante o braço a Nação a quem tal divisa possa aplicar-se com mais justiça que a nós duas. Não teremos sido tão bons aproveitadores

como outros foram: não o costumam ser os inventores. Mas heróis fomos sempre e maiores milagres fizemos. Há dias, ao ler o relato dos funerais de José António Primo de Rivera, página, sem idade, de história duma Nação que também parece não tê-la, ou desdenhá-la, recordei mais uma vez aquela frase.

Portugueses! Espanhóis! Voltai-vos de vez, cara a cara e coração a coração, uns para os outros. Vexai-vos de haverdes perdido tanto tempo a compreender que é muito o que vos une e pouco vos separa. 1140, 1640, são datas que para um e outro povo devem ter igual sentido: o de que Portugal e Espanha são altos valores cotados pelos séculos e de que se pagou sempre caro, na paz ou na guerra, o tê-lo esquecido ou ignorado. A independência de Portugal, como escreveu Salazar, deve ser uma das normas fixas da política externa espanhola. A independência da Espanha já é uma das regras da nossa — e bem o demonstrámos ao colocar-nos a seu lado na última guerra, para repelirmos juntos as usurpações e invasões dos seus inimigos.

De aqui a meses, nas festas dos Centenários, com a Espanha geográficamente à esquerda e o Brasil à direita, estaremos íntimamente em família, por mais que atroe e nos angustie a tormenta europeia. Não tiveram os Espanhóis tempo para organizar melhor a sua colaboração, mas têm-no todo para virem em carne e osso, em corpo e alma, trazer-nos alguns dos tesouros de história e arte portuguesa de que os seus arquivos e museus estão repletos; para mostrarem a Portugal, que ainda as não viu senão de longe, essas sublimes tapeçarias de Pastрана, onde a nossa glória está tão presente e evidente como nos «Lusíadas» ou nos Jerónimos.

E agora repassemos pelos olhos o programa traçado pela nota oficiosa do sr. Presidente do Conselho e verifiquemos com gosto e orgulho que, apesar da guerra ou das guerras, boa parte desse programa está em via de realização, tanto nas obras que ficam como nas que passam. E que seria daquelas se não fossem as festas de 1940? Eu escrevi, também há onze anos, que «é sempre prático marcar um prazo e meter dentro dele os projectos que seriamente desejamos levar a efeito. Assim, cada passo que dermos, cada obra que iniciarmos, entrará dentro desses carris e será calculado pelos limites desse tempo».

Não previa eu então a amplitude da obra de Salazar, a-pesar-de êle já estar ao leme, nem o êxito vertiginoso e profundo da sua acção quasi isolada. E ainda menos esperava que êle, só a quasi dois anos de 1940, nos mobilizasse a todos para nos dar um tónico de alegria e confiança em nós próprios,

para levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo da sua actividade. E a que ponto o conseguiu! Em menos de dois anos fizeram-se prodígios, até orçamentais, que assombram os estrangeiros competentes. Roma, que só em 1942 realiza a sua exposição internacional, já para ela trabalhava esforçadamente quando nós nem sequer projectávamos a nossa. Os comissários de Nova York, que há dias nos visitaram, calcularam em não sei quantos milhões de dolares uma obra que a nós nos fica em um por cento desse cálculo.

E sem já querer falar dos cortejos, dos congressos, das exposições com que em Lisboa e em outras cidades do País vamos solenizar as datas máximas da nossa existência de Nação e atestar a vitalidade com que nos propomos continuá-la, recorde-se apenas que o ano de 1940 não terminará os seus dias sem ver libertada para sempre a Torre de Belém da sua vizinhança gasométrica; o Castelo de S. Jorge convertido, como quis Salazar, em *acrópole sagrada e lugar eleito das nossas peregrinações patrióticas*; o Palácio de Queluz, tantos anos abandonado e esquecido pela nossa côrte, enfim restaurado, renascido e restituído à sua beleza e à sua vida normal; o Museu das Janelas Verdes acrescido em tamanho, senão em formosura e coerência, e a abrigar no seu seio uma colecção de quadros primitivos portugueses que assombrará os artistas e historiadores de arte do mundo inteiro; o Palácio de S. Bento emancipado do seu velho aspecto conventual e erguido à categoria de Parlamento, onde, por sinal e por fortuna, pouco se palra; a estrada marginal para Cascais, e as de melhor acesso a Lisboa, enfim construídas; o saudoso teatro de S. Carlos, salvo da ruína que o ameaçava, remoçado no seu encanto e prometendo-nos noites de gala dignas das suas maiores tradições; o terreiro ducal de Vila Viçosa embelezado com a estátua do Rei Restaurador que lá faltava e que vai ser, neste país tão pobre em monumentos de valor artístico, uma genuína obra-prima, segundo ouvi a entendedores que já a admiraram na oficina do grande escultor Francisco Franco; e até o monumento de Viriato, erguido em Viseu pelo génio dum artista espanhol, em homenagem a uma figura quasi lendária que êle próprio, insuspeitamente, consagra como nossa.

Estas são as obras que ficam; e não se suponha que esqueço o solene encontro inaugural de Guimarães, que vai ficar memorável, nem as maravilhas que nos prometem os artistas da Exposição de Belém, nem as que nos reserva o encantador Jardim Colonial na que vai realizar-se à sombra das suas árvores.

Bem haja, pois, quem tão eficazmente nos incitou a *expulsar de nós o espirito da tristeza e do mal*, dominados pela *alta e bela ideia* de festejarmos juntos, em paz e concórdia, os nossos oito séculos de vida honrada e desinteressada, mais vivida em benefício universal que no nosso, como Povo-Cristo que nos prezamos de ser. E ao ler há dias neste jornal a bela carta de Londres, em que o nosso querido e grande amigo Carlos Malheiro Dias há muitos

anos nos chamou — e assim uns aos outros nos chamavamos todos — *lamentáveis escravos duma imaginária desgraça* — quanto me regozijo de pensar, infelizmente quasi no fim da vida, que somos hoje, bem ao contrário de então, detentores conscientes dum bem-estar e duma confiança no futuro que já não podem senão crescer. Para cima, e só para cima, é hoje a marcha de Portugal!»

NOTAS VÁRIAS

RESULTADO DO CONCURSO DE ARTIGOS SOBRE AS COMEMORAÇÕES PUBLICADOS NA IMPRENSA PORTUGUESA

Reuniram-se em 9 do corrente, pelas 16 horas, no S. P. N. sob a presidência de António Ferro, director d'este organismo e da Secção de Propaganda e Recepção, da Comissão Executiva dos Centenários, os srs. Artur Portela, dr. João Ameal, dr. Manuel Pestana Reis, padre Miguel de Oliveira, Pedro Correia Marques e dr. Samuel Maia, que constituíam o júri encarregado de atribuir os prémios aos artigos publicados na imprensa portuguesa sobre o significado das comemorações.

Concorreram trinta e um artigos que o júri apreciou devidamente, resolvendo no final atribuir o primeiro prémio, de dois mil escudos, ao artigo «Uma cruz basta para dizer, na História, quem é Portugal», da autoria do padre Moreira das Neves, publicado nas «Novidades», do dia 31 de Dezembro de 1939; e o segundo prémio, de mil escudos, ao artigo «Três passos na vida de um Povo», da autoria de Pedro da Câmara Leme, publicado em «A Voz» de 29 de Dezembro de 1939. As deliberações do júri foram tomadas por maioria.

Em breve, serão tornadas públicas as bases de concurso idêntico para o ano corrente e bem assim as dum novo concurso destinado a galardoar as melhores reportagens jornalísticas das festas centenárias.

CONGRESSOS DO MUNDO PORTUGUÊS

Na noite de 1 de Julho d'este ano, realiza-se na sala da Assembléa Nacional, sob a presidência do Chefe do Estado e com a assistência do sr. Cardial Patriarca, Govêrno, Corpo Diplomático, Embaixadas Extraordinárias e missões especiais, a inauguração solene dos nove Congressos do sistema «Mundo

Português», incluídos no programa oficial das Comemorações Centenárias.

São os seguintes os congressos e os seus presidentes:

Presidente Geral dos Congressos, Dr. Júlio Dantas;

I — Congresso de Pré e proto-história, Professor Dr. Mendes Correia (realiza-se no Porto);

II — Congresso medieval, Prof. Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (realiza-se em Coimbra);

III — Congresso das navegações e descobrimentos portugueses, comandante Fontoura da Costa;

IV — Congresso da monarquia dualista, Professor Dr. Queiroz Veloso;

V e VI — Congressos de história moderna e contemporânea, presidente Prof. Dr. Caeiro da Mata;

VII — Congresso luso-brasileiro de história, presidente, uma eminente individualidade brasileira ainda não indicada;

VIII — Congresso de história da actividade científica portuguesa, presidente Prof. Joaquim de Carvalho (realiza-se em Coimbra);

IX — Congresso Colonial, presidente, Conde de Penha Garcia.

Secretário Geral dos Congressos, Dr. Manuel Múrias.

Vão a caminho de 200 as comunicações e memórias já entradas, grande número das quais devidas a historiadores brasileiros, franceses, ingleses, alemães, italianos, belgas, romenos, muitos d'elles de reputação mundial. Essas comunicações e memórias serão publicadas, devendo atingir um total de 5.000 páginas.

As sessões do Congresso das navegações e descobrimentos dos portugueses realizam-se no edificio dos Jerónimos, onde se instalará a Exposição de Cartografia dos séculos XV e XVII, que pela primeira vez reunirá os portulanos e cartas portuguesas dispersas pelos museus, bibliotecas, arquivos e colecções privativas da Europa e de América, em fotocópias ou reproduções iluminadas.

